



PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO
GESTÃO 2009-2013

ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim Eletrônico Nº. 121 – 13 de Janeiro de 2012

Este boletim contém as seguintes matérias:

- Que *Maât* guie os passos do novo presidente do TJ-SP
- Resolução Nº 01 CNAS: Deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social
- Comissão do Senado aprova a concessão de benefícios trabalhistas a conselheiros tutelares
- Maiores interessados em adotar têm mais de 40 anos
- Em sete anos de atuação, CNJ puniu 49 magistrados
- Bomba explode em Fórum de Rio Claro
- Curso de difusão VDCA – Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes

Que *Maât* guie os passos do novo presidente do TJ-SP

Elisabete Borgianni

Doutora em Serviço Social pela PUC/SP

Presidente da Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

13/02/2012

Maât era o nome que os antigos egípcios davam para a deusa da Justiça. E essa palavra tinha para eles um triplo significado: *justiça, verdade e ordem justa do mundo*.

Nunca essas três palavras expressaram tão bem os anseios de uma sociedade, que assiste perplexa, dois acontecimentos que deixam nus alguns gestores do alto escalão do Judiciário paulista e nacional e do Executivo. Refiro-me, em primeiro lugar, à contenda travada entre a Corregedora Nacional de Justiça, Dra. Eliana Calmon, e parte das supremas autoridades judiciárias nacionais e, em segundo lugar, mas não menos importante do ponto de vista societário, as ações do governo de São Paulo (estadual e municipal) para enfrentar a tragédia humanitária do crack.

Sobre a tensão hoje estabelecida entre o CNJ e muitos dos Tribunais do país, fartamente noticiada pela imprensa há que, em primeiro lugar, saudar o compromisso cívico, a coragem política e a radicalidade ética com que a

Dra. Eliana Calmon (assim como seu antecessor, ministro Gilson Dipp) desempenha seu espinhoso trabalho.



Representantes dos servidores entregam documento sobre TJ-SP à corregedora, Eliana Calmon

Nós, os representantes dos servidores do Judiciário paulista, tivemos a honra e o privilégio de termos sido ouvidos em audiência por ambos os corregedores, por ocasião do movimento de resistência contra a desvalorização do trabalho no TJ-SP em 2009/2010.

Tanto o Dr. Dipp, quanto a Dra. Eliana Calmon, cada um a seu tempo de mandato junto à Corregedoria (ele finalizando e ela já empossada) demonstraram-nos o quanto tinham de preocupações com a administração do TJ-SP no que diz respeito a muitas movimentações atípicas no trato do orçamento da maior corte do país.

Agora, a partir do corajoso trabalho de Dra. Eliana veio à tona aquilo que os próprios servidores já vinham apontando: o TJ-SP tratou de forma não isonômica o pagamento de verbas indenizatórias e benefícios devidos a seus servidores togados e não togados.

O que já se veicula na grande imprensa é que mesmo que não tenha havido qualquer ilegalidade, o princípio da impessoalidade no trato da coisa pública foi violado, uma vez que alguns desembargadores receberam integralmente seu passivo enquanto outros tiveram seus créditos lançados em parcelas.

Durante todo o movimento de 2010 os servidores do TJ-SP levaram à Mesa de Negociação essa constatação, uma vez que tínhamos, por obra do ingente trabalho de pesquisa de alguns representantes de entidades de servidores—e aqui deve ser dado o crédito a Carlos Alberto Marcos (Alemão) e sua equipe--, dados que permitiam constatar que grande parte das verbas recebidas pelo TJ-SP eram drenadas para o pagamento de indenizações de desembargadores e uma parcela ínfima para os servidores. Só não tínhamos o dado que agora a imprensa escancara: ex-presidentes do TJ-SP e até ex-integrantes da corte paulista que hoje estão na direção do Supremo, tiveram essas verbas liberadas.

Nesse sentido, o infante CNJ está cumprindo o papel exemplar de trazer a lume a *verdade*, sem a qual não é possível objetivar a *justiça*.

Reconheça-se aqui também a importância dos gestos políticos (e não só de suas declarações à imprensa) de Sua Excelência o Dr. Ivan Sartori, recém-empossado presidente do TJ-SP, que desde a primeira hora de seu mandato, estabeleceu que, sob sua gestão, todos deverão deixar às claras seus patrimônios e declarações de bens. Está também dando importantes sinais de que vai trabalhar para reverter o quadro de precarização que atingiu o Judiciário paulista: lutando pelas verbas que lhes são de direito e valorizando o trabalho de seus servidores magistrados ou não.

Dr. Sartori também demonstrou sensibilidade para com a segunda questão que a todos preocupa em São Paulo hoje: o enfrentamento através das políticas públicas da tragédia da dependência do crack e já deu declarações à imprensa de que o TJ vai apoiar ações de saúde para essa população de usuários e dependentes.

Postura lúcida e avançada daqueles que sabem ser desastrosa, do ponto de vista dos direitos humanos, qualquer alternativa de força e de criminalização dessa parcela da população, e ineficaz do ponto de vista da necessária desintoxicação e restabelecimento de vínculos familiares e societários—trabalho de alta complexidade, como bem define a Política Nacional de Assistência Social que orienta todo o trabalho do Sistema Único de Assistência Social.

O desastroso comando que foi dado pelo governador e pelo prefeito de São Paulo, no sentido de deslocar *manu militare* as centenas de pessoas que se concentravam na chamada Cracolândia, sob a justificativa de uma “retomada de território”, e para que “os moradores da região pudessem voltar a colocar seus banquinhos na calçada para papear no fim de tarde” conforme declaração pública da Sra. Secretária de Justiça do Estado, Eloisa Arruda, desconsidera que essa população não é a expressão de um defeito de nossa sociedade, mas foi produzida pelas relações de desigualdade e de exploração que marca nossa trajetória histórica.

Nesse sentido, *Maât* se completará quando à justiça, e à verdade vier somar-se a *ordem justa do mundo*.

2012 apenas começa.

Desejamos que *Maât* guie nosso presidente, mas acima de tudo esperamos que cada assistente social e que cada psicólogo do TJ-SP seja mais uma voz

clamando pela transparência e pela democratização do Judiciário, inspirando-se na independência, seriedade e altivez de Eliana Calmon.

Resolução Nº 01 CNAS: Deliberações da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

[Clique aqui para ver o documento](#)

Comissão do Senado aprova a concessão de benefícios trabalhistas a conselheiros tutelares

Assim como os demais trabalhadores, os membros dos conselhos tutelares passarão a ter direito a salário, férias, 13º salário, licenças paternidade e gestante, além de cobertura previdenciária. A concessão desses benefícios está prevista no projeto de lei (PLS 278/09) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado no dia 21 de dezembro pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O funcionamento dos conselhos tutelares é regulado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Após ajustes no texto feitos pelo relator, senador Gim Argello (PTB-DF), o projeto vinculou esse organismo às prefeituras e ampliou o mandato dos conselheiros de três para quatro anos, com direito à reeleição.

Outra novidade proposta pelo projeto de lei prevê a instalação de mais de um conselho tutelar no Distrito Federal e em municípios divididos em microrregiões ou regiões administrativas.

Um calendário fixo para a escolha dos membros do conselho tutelar também foi estabelecido no projeto. Assim, segundo o texto, as eleições ocorrerão em todo o território nacional sempre no primeiro domingo após o dia 18 de novembro do ano seguinte ao das eleições majoritárias. Já a posse dos eleitos deverá ocorrer no dia 10 de janeiro do ano posterior ao processo de escolha.

O projeto segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde aguarda designação do relator.

Informações da Agência Andi

Maiores interessados em adotar têm mais de 40 anos

No Brasil, a maior parte dos pretendentes a adotar uma criança ou adolescente tem entre 41 e 50 anos de idade — somam 10.662 pessoas cadastradas. Pessoas com 31 a 40 anos compõem o segundo maior grupo de interessados, com 8.529 cadastrados. Em terceiro lugar, estão aqueles com mais de 61 anos

— que chegam a 3.461 do total. Esse perfil dos pretendentes consta no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), instituído pelo Conselho Nacional de Justiça para reunir informações de adotantes e adotados.

A maior parte dos pretendentes é casada (21.685). Em união estável somam 2.254. Outros 2.347 são solteiros, 494 divorciados e 206 viúvos. Ainda do total de pretendentes, 6.614 possuem filhos biológicos e 2.583 possuem filhos adotivos.

Com relação à renda, a maioria ganha entre três e cinco salários mínimos (6.497 do total). Na sequência estão aqueles que recebem de cinco a 10 salários (5.899), de dois a três salários (4.209), de um a dois salários (3.509) e de 10 a 15 salários (2.252).

Região Sudeste

Segundo o último levantamento, grande parte dos pretendentes vive na Região Sudeste – são 13.312 as pessoas cadastradas. São Paulo é o estado com mais interessados inscritos no CNA: com 7.291 do total. Depois vem o Rio Grande do Sul (4.262), Paraná (3.852), Minas Gerais (3.572) e Santa Catarina (2.087).

Dados do último dia 12 de dezembro mostram que o número de pretendentes em todo o país chegava a 27.183. O de crianças e adolescentes aptas a serem adotadas, no entanto, permanecia quase cinco vezes menor — com 4.932 no total. De acordo com o levantamento, 663 crianças e adolescentes foram adotadas pelo Cadastro Nacional de Adoção desde a sua criação, em abril de 2008.

Os dados também mostram certo crescimento na quantidade de pretendentes, assim como de crianças e adolescentes disponíveis. No levantamento anterior a este — de 10 de novembro — o número pretendentes somavam 26.953. Crianças e Adolescentes chegavam a 4.907.

Informações do Consultor Jurídico

Em sete anos de atuação, CNJ puniu 49 magistrados

O Conselho Nacional de Justiça, que completou sete anos no dia 30 de dezembro, já condenou 49 magistrados, segundo reportagem do jornal *O Globo*. A maioria — 24 — foi punida com a aposentadoria compulsória, 15 foram afastados em decisões liminares; 6 colocados à disposição sem poder julgar; dois foram removidos de seus postos originais e dois censurados.

Os processos iniciados no próprio CNJ somam 38, apenas 11 são de corregedorias locais. Segundo dados do CNJ, estão em andamento no órgão, atualmente, 2.595 processos, incluindo desde as reclamações contra magistrados até sindicâncias.

A Ordem dos Advogados do Brasil conta que o CNJ possui em tramitação ou arquivados 15 processos contra presidentes dos tribunais de Justiça dos

estados e 18 corregedores dos TJs respondem ou já responderam a processos no próprio órgão. Nos tribunais regionais federais, três dos cinco corregedores foram ou são alvo do CNJ. Dos cinco presidentes de tribunais regionais federais, dois possuem processos em tramitação ou arquivados.

Entre os magistrados punidos está o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Medina, que foi obrigado a se aposentar depois de ser acusado de participação em esquema para beneficiar donos de bingos. Outro que teve aposentadoria compulsória foi o desembargador Carreira Alvim, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Nelson Calandra, elogia a atuação do CNJ, mas defende que as corregedorias dos próprios tribunais se encarreguem das investigações. Já o presidente da OAB no Rio de Janeiro, Wadih Damous, diz que as corregedorias regionais são cobertas por "um sentimento corporativista". O conselheiro mais antigo do CNJ, Marcelo Nobre, também critica a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou o poder de investigação da instituição.

Ouvidoria

De outubro até 18 de dezembro deste ano, a ouvidoria do CNJ registrou 4.622 manifestações. O tema que mais preocupa os usuários é a morosidade processual, com 1.315 reclamações. Em seguida, o órgão teve 211 registros de pessoas que reclamaram sobre as decisões judiciais. O terceiro tema com mais manifestações é a atuação dos magistrados, com 228 registros. Desse total, 166 eram reclamações e 44 denúncias. A atuação do CNJ aparece em quarto lugar, com 190 manifestações, sendo 180 elogios.

A maior parte das manifestações registradas pelo CNJ — 903 — foram de servidores públicos; em seguida, os advogados foram responsáveis por 817 dos contatos com os órgãos; os aposentados representam 479 das manifestações e os empregados da iniciativa privada, 357. Os estudantes registram 327 contatos com a ouvidora do CNJ e desempregados, 318. O balanço aponta ainda que 60 registros foram feitos por presidiários. O conselheiro Wellington Cabral Saraiva, comenta que o objetivo da ouvidora é servir de canal de comunicação “direta entre o cidadão e o Conselho”.

Informações do Consultor Jurídico

Bomba explode em Fórum de Rio Claro

Uma bomba explodiu no Fórum de Rio Claro, interior de São Paulo, nesta quinta-feira (12). O artefato, que estava dentro de um boneco de Papai Noel, em uma caixa, era endereçado à juíza Cyntia Andraus Carreta, que atua na área cível, mas não chegou até ela. O segurança José Carlos Menotti, de 52 anos, viu o embrulho em cima de uma mesa no primeiro andar do prédio, abriu a caixa e a bomba explodiu. O vigia teve ferimentos nas mãos e no tórax. Uma pessoa que estava próxima também foi atingida nas mãos. Os dois foram

levados ao hospital. O segurança passou por uma cirurgia e o quadro dele é estável.

De acordo com informações do G1, a Polícia Civil considera como atentado a explosão da bomba. Segundo as investigações, o artefato era de fabricação caseira e a caixa estava sem remetente. Ainda não há informações sobre suspeitos do crime. A juíza não estava no fórum no momento da explosão.

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, divulgou nota sobre o caso, afirmando que dará toda assistência aos servidores feridos, bem como a segurança necessária à juíza e ao prédio.

Cursos

Curso de difusão VDCA – Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes



**Compreender é
o primeiro passo
para a Prevenção!**

CURSO DE DIFUSÃO VDCA
Violência Doméstica contra as Crianças e Adolescentes

Seja PROTAGONISTA neste curso que se propõe a garantir competências técnico-científicas e compromisso ético-social na:

Compreensão
Identificação
Intervenção
Prevenção

do
FENÔMENO
da VDCA



Módulo A

VDCA Natureza FÍSICA VDCA Natureza SEXUAL

Coordenação
Dra Maria Amélia Azevedo
Dra Viviane N. de Azevedo Guerra

Módulo B

VDCA Natureza
PSICOLÓGICA

VDCA Natureza
NEGLIGENCIAL

Módulo C

VDCA Natureza
FATAL

VDCA Natureza
TESTEMUNHAL

Público-alvo

Para formados e estudantes de último ano de cursos universitários nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Direito, Pedagogia, Enfermagem, Medicina, História, Filosofia, Educação Física, Ciências Sociais, etc.

inscrições e maiores informações: acesse nosso site

www.projetocallandra.com.br

Início da primeira turma: 21 de fevereiro de 2012



www.projetocallandra.com.br/ead

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, – 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2º Tesoureiro – Paulo Eduardo Bezerra,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.